



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE (FACETNO)  
CURSO DE LICENCIATURA EM ETNODESENVOLVIMENTO**

**A IMPORTANCIA DO MAGISTÉRIO EXTRATIVISTA PARA AS  
COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DO MÉDIO XINGU**

ALTAMIRA– PA  
2024

HIGOR MATHEUS FAUSTINO CAZIMIRO

**A IMPORTANCIA DO MAGISTÉRIO EXTRATIVISTA PARA AS  
COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DO MÉDIO XINGU.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade do Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará, orientado pelo Prof. Dr. William César Lopes Domingues – Uwira Xakriabá.

ALTAMIRA- PA  
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

---

C386i Cazimiro, Higor Matheus Faustino.  
A IMPORTANCIA DO MAGISTÉRIO EXTRATIVISTA  
PARA AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DO MÉDIO  
XINGU. / Higor Matheus Faustino Cazimiro. — 2024.  
22 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. William César Lopes Domingues  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de  
Altamira, Faculdade de Etnodiversidade, Altamira, 2024.

1. Magistério Extrativista. 2. Formação de jovens  
extrativistas. 3. Pedagogia da Alternância. I. Título.

CDD 379.26098115

---

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus. Sem ele nada seria possível.

Dedico este trabalho aos meus filhos Isaac, Heloá e João, que foram minha fonte de inspiração todos os dias depois de seus nascimentos.

Dedico e agradeço à minha esposa pelo amor incondicional e pelo suporte constante ao longo desta jornada acadêmica.

Agradeço a minha mãe pelo apoio incondicional em todos os momentos difíceis da minha trajetória acadêmica. Este trabalho eu dedico a ela.

Dedico este trabalho para as minhas avós, materna e paterna, Maria Orleans e Maria Benedita, por todo amor, carinho e apoio em todos os momentos da minha vida.

Dedico este trabalho a todos os meus familiares, que de algo modo ajudaram a contribuir com o meu crescimento como ser humano.

Dedico especialmente ao meu falecido avô José Faustino, cuja história me fez ser a pessoa que sou hoje, filho de extrativista/Indígenas formado pela Universidade Federal do Pará.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus.

Aos meus professores do Magistério, pela grande atenção dispensada que se tornou essencial para minha formação no projeto.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. William César Lopes Domingues – Uwira Xakriabá. por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

A todos os meus professores do curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará - UFPA pela excelência da qualidade técnica de cada um.

As minhas avós e minha mãe que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

À minha esposa Alice pela compreensão e paciência demonstrada durante o período da minha jornada acadêmica.

Aos meus filhos por serem a minha fonte de força e dedicação todos os dias.

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo avaliar criticamente o primeiro e único projeto piloto que foi o Magistério Extrativista, o qual teve uma significativa importância para as comunidades e descrever trajetória de lutas que as associações representativas das Reservas Extrativistas da Terra do Meio e Maribel, moradores e instituições parceiras das comunidades tiveram para que esse projeto piloto viesse a ser implementado dentro das UCs da Terra do Meio. O Magistério extrativista como já falado anteriormente, foi um projeto piloto executado pela Universidade Federal do Pará – UFPA, com recursos do governo federal – Ministério da Educação. O objetivo do referido projeto era a formação de jovens extrativistas para atuarem nas salas de aula de seus próprios territórios, para suprir a falta de professores que de uma certa forma entendesse o modo de vida local e se adequasse no contexto do território, este projeto teve como público-alvo jovens das três Unidades de Conservação da Terra do Meio, onde foi conduzido por meio da Pedagogia da Alternância.

**Palavras-chave:** Magistério Extrativista, formação de jovens extrativistas, Pedagogia da Alternância.

**Keywords:** Extractive Teaching, training of young extractivists, Pedagogy of Alternation.

**ABSTRACT:** This article aims to critically evaluate the first and only pilot project that was the Extractive Magisterium, which had a significant importance for the communities and to describe the trajectory of struggles that the associations representing the Extractive Reserves of Terra do Meio and Maribel, residents and partner institutions of the communities had for this pilot project to be implemented within the UCs of Terra do Meio. The extractivist Magisterium as already mentioned previously, it was a pilot project carried out by the Federal University of Pará – UFPA, with resources from the federal government – Ministry of Education. The objective of this project was to train young extractivists to work in the classrooms of their own territories, to make up for the lack of teachers who in a certain way understood the local way of life and adapted to the context of the territory, this project had as its target audience young people from the three Land Conservation Units of the Middle, where it was conducted through the Pedagogy of Alternation.

## SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO.....	10
II.	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	11
III.	PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESEX RIO XINGU.....	13
IV.	ARTICULAÇÕES COMUNITÁRIAS.....	15
V.	EDUCAÇÃO.....	16
VI.	MAGISTÉRIO EXTRATIVISTA.....	18
VII.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
VIII.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	22

## 1 INTRODUÇÃO

Me chamo Higor Matheus Faustino Cazimiro, morador da Reserva Extrativista Rio Xingu, nós povos extrativistas do Xingu moramos às margens do rio xingu, vivemos do pescado e do extrativismo e lutamos diariamente pela nossa permanência no território e pela conservação das nossas “terras”. O sangue indígena da etnia Xipaya percorre em minhas veias, porém, por morar em uma área de um povo extrativista me identifico como extrativista. Aos cinco anos, isso em 2005 antes mesmo do território se tornar uma Unidade de Conservação – UC, fui obrigado a ir para o centro urbano em busca de estudos, que por virtude da ausência do Estado dentro deste território não tinha nenhum meio para que eu pudesse ter acesso a escola, passando muitos anos na cidade de Altamira, ficando assim à mercê da criminalidade, do bullying no contexto escolar por ser da pertença que sou, lá cursei até a antiga 8ª série, atual 9º ano. Aos 16 anos de idade retornei para a comunidade, onde logo me matriculei no Magistério Extrativista, o referindo projeto foi como um divisor de águas para minha trajetória de vida, através do mesmo assumi papéis importantes na associação representativa da UC que pertenço e logo depois dos 4 anos de magistério entrei na graduação no curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento e através deste artigo vou terminando a mesma, atualmente pertenço ao quadro de professores da Resex Rio Xingu.

O presente artigo é o meu trabalho de conclusão de curso, ele faz parte do processo avaliativo para a conclusão da graduação, está articulado com a etapa final da formação profissional e ocorre no 8º do curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento, da Faculdade de Etnodiversidade – FACETNO na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Altamira.

De acordo com Oliveira, Beltrão e Ribeiro (2013, p.110):

[...] O Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento (Curso de Etnodesenvolvimento), da Universidade Federal do Pará (UFPA), sediado no Campus Universitário de Altamira, é política afirmativa voltada à inclusão sócio-acadêmica de representantes de povos e comunidades tradicionais, visando formação em nível de graduação que os habilite para exercer múltiplas funções de gerenciamento e intervenção qualificada junto às instâncias político-territoriais dos grupos de pertença.

Este artigo tem como objetivo avaliar criticamente o primeiro e único projeto piloto de educação específica para extrativistas no Médio Xingu, que foi o Magistério Extrativista, que teve uma significativa importância para as comunidades, e descrever a trajetória de lutas que as associações representativas das Reservas Extrativistas da Terra do Meio e Maribel, moradores e instituições parceiras das comunidades tiveram para que esse projeto piloto viesse a ser implementado dentro das UC's da Terra do Meio.

Lopes e Miléo (2021, p.3), comentam:

Referimo-nos à experiência que ficou conhecida como Magistério Extrativista da Terra do Meio (UFPA, 2014; PARENTE; LOPES; MILÉO, 2020; MARCHESI; ALELUIA; BARBOSA; ARRUDA, 2021), um Projeto de Formação de Professores em nível médio realizado pela Universidade Federal do Pará com jovens extrativistas de três unidades de conservação no município de Altamira/PA, financiado pelo Ministério da Educação, entre 2015 e 2019.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

A região da Terra do Meio é um território composto por áreas protegidas, sendo 3 Reservas Extrativistas - RESEX, 6 Terras Indígenas e 2 Unidades de Conservação Integral. A região pertence em sua maior parte ao município de Altamira - PA, no entanto se distancia em pelo menos 500km do centro urbano dessa cidade. Os deslocamentos do centro urbano até as Unidades de Conservação - UC's e Terras Indígenas - TI's duram no mínimo uma média de dois dias de locomoção, os acessos a essas áreas são feitos prioritariamente via fluvial pelo rio Xingu e Iriri e em algumas épocas do ano há acessos terrestres por estradas vicinais da rodovia Transamazônica, que perpassam os municípios vizinhos de Uruará, Trairão e Novo Progresso. Apesar da existência das áreas protegidas, a região dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu é reconhecidamente a mais afetada pelo desmatamento ilegal na Amazônia.

Castro, Roberta *et al* (2017, p.91), dizem que:

A Terra do Meio se constitui em um dos maiores mosaicos de áreas de conservação do mundo, que além de abrigar grande biodiversidade, abriga também “modos de vida, costumes e tecnologia” de povos tradicionais, os quais podem ser considerados “patrimônio inestimável que, sem a proteção

efetiva da floresta à qual estão associados, está fadado à desapareição” (DOBLAS, 2015, p. 10). Nessa região encontram-se diversas Terras Indígenas (TI) e UC federais e estaduais, entre unidades de uso integral e uso sustentável, onde nessas últimas residem populações tradicionais que historicamente ocupam as áreas e manejam os recursos naturais para garantirem sua subsistência.

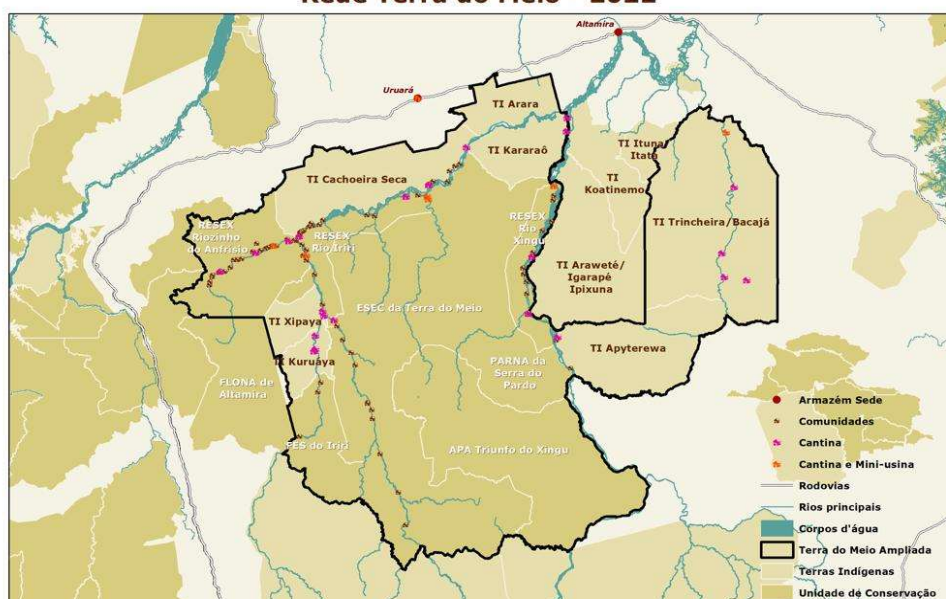
As Reservas Extrativistas Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio e Rio Xingu foram criadas na primeira década dos anos 2.000 para proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais das unidades.

De acordo com Castro, Roberta *et al* (2017, p.96):

[...] Em 2004, foi criada na região a Resex Riozinho do Anfrísio. Fora dessa área, mas também no Território da Transamazônica, no mesmo ano foi criada a Resex Verde para Sempre. Com a criação dessas Resex aumentaram as ameaças aos dirigentes, religiosos e ativistas que estavam empenhados em prol da conservação dos recursos naturais e na criação de um mosaico de UC para a Terra do Meio, acarretando na criação, em 2005, do Parque Nacional da Serra do Pardo e da Estação Ecológica da Terra do Meio e, em 2006, da Resex do Rio Iriri, unidades essas que passaram a compor o referido mosaico.

**Imagens 1: Mapa da Terra do Meio**

**Rede Terra do Meio - 2022**



### **3 PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESEX RIO XINGU**

No início de 2000, a crescente invasão de madeireiros e grileiros em nossos territórios e tendo parcelas dos nossos territórios sendo leiloadas Brasil afora, nos levaram a procurar ajuda em movimentos sociais da região, notadamente oriundos da luta pela sobrevivência nas margens da rodovia Transamazônica e que tinham várias lideranças sediadas em Altamira. Lideranças desses movimentos, por sua vez, nos conectaram a outras instituições de diferentes regiões do país que nos apoiaram para procurar o governo federal e lutar pela proteção dos territórios dos invasores, a partir da criação, por decreto presidencial, de Reservas Extrativistas que em seus limites abrigamos pelos territórios ou parte deles. Assim, quando da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu, respectivamente em 2008, marco inicial da presença do Estado na região, sonhávamos pela garantia à permanência em nossos territórios tradicionais, mas também por pelo menos o mínimo de políticas públicas como educação e saúde.

Segundo Lima (2015, p.2):

[...] Embora, como afirmam os moradores, tenha sido criada pelo próprio governo uma expectativa na população de que a institucionalização do território como Reserva Extrativista automaticamente traria consigo, em curtíssimo prazo, esses outros direitos, não foi isso que ocorreu. Um dos desafios da gestão das Unidades de Conservação de uso direto no Brasil, como é o caso das Reservas Extrativistas, é garantir as comunidades tradicionais, que nelas vivem, os seus direitos constitucionais e o acesso às políticas públicas diferenciadas, condizentes com seu modo de vida. No caso das Resex do Iriri e Riozinho do Anfrísio, boa parte desse desafio de gestão, de conduzir processos para estruturar atendimento à saúde e uma rede de educação escolar que atenda aos moradores, respeitando suas singularidades, têm sido conduzidos pelos próprios moradores com apoio de parceiros governamentais e não governamentais.

A criação da Reserva Extrativista Rio Xingu ocorreu através de um processo de mobilização da sociedade e de instituições. Desde o ano de 2008, antes mesmo da criação da Resex, já existia uma associação de moradores informal, ou seja, a

associação foi criada informalmente para pedir a criação da Resex. Mas só foi registrada em 2009, a Associação de Moradores do Médio Xingu (AMOMEX).

Pereira, Mauro Braga Costa (ICMbio, 2012), acrescentam que:

[...] A pressão realizada por estes grupos resultou nos estudos de campo iniciais. Nestes estudos, recomendaram, primeiramente, a criação de um Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), denominada RDS Médio Xingu. Porém, após uma análise mais profunda, pelo MMA e ICMBio, conclui-se que a unidade que melhor contemplaria as necessidades da região seria uma Reserva Extrativista. Um Decreto de 05 de junho de 2008 oficializou a criação da Resex com uma área de 303.841 hectares. Hoje a UC possui Conselho Deliberativo e Plano de Manejo, e em 2018 foi instituído o Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Terra do Meio, como um arranjo organizacional. Estão incluídas as seguintes UCs: Estação Ecológica da Terra do Meio, Parque Nacional da Serra do Pardo, Reserva Extrativista Rio Iriri, Reserva Extrativista Rio Xingu e Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.

A Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Médio Rio Xingu - AMOMEX é uma organização comunitária fundada em 2009 para representar juridicamente as famílias ribeirinhas da Reserva Extrativista Rio Xingu. A associação tem tentado de diversas formas cobrado aos órgãos, por melhoria nas condições de vida, incluindo organização comunitária, proteção territorial, saúde, educação, comunicação e alternativas de renda. A AMOMEX como é chamada a Associação da Reserva Extrativista Rio Xingu, já executou via PDRSx (Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu cerca 3 projetos que beneficiou os moradores da Unidade de Conservação do Rio Xingu.

Postigo, Reis e Lima (2020, p.18), acrescentam que:

[...] As associações de ribeirinhos das três Reservas Extrativistas da região e de ribeirinhos moradores da região da Maribel (Amora, Amoreri, Amomex e Aerim) se estruturaram muito nos últimos anos, com uma equipe de assessoria experiente e com infraestrutura de saúde, educação e comunicação. Nos últimos oito anos, aprovaram e fizeram a gestão de dezessete projetos, que somaram investimentos de quase 7 milhões de reais, dos quais cerca de 2,4 milhões foram executados pelas próprias associações, sendo 75.571 por ano em média por associação. Esses números demonstram

não somente a capacidade de gestão das associações como significaram avanços profundos e estruturais na vida das famílias ribeirinhas e de seus parceiros indígenas e pequenos agricultores.

Antes desse território ser uma área de reserva extrativista uma empresa chamada (C R Almeida), era quem “dominava” este território com a extração de madeira, era somente esta empresa de madeira que atuava neste território, também tinham os grandes fazendeiros como (João Ribeiro), (Zé Ferro), entre outros. Foi uma luta grande do seu Herculano Costa Silva (Sócio Fundador da AMOMEX), seu Herculano percorria a cidade com sua família “escondido” pelo fato de na época o mesmo estar a frente da mobilização para que o território do Médio Xingu se tornasse uma área protegida pelo governo, que se criasse uma Reserva Extrativista. Podemos perceber que o território do médio Xingu tinha uma liderança muito articulada e disposta a lutar, que era seu Herculano, o mesmo sofreu ameaças desses invasores que nessa época existiam no território, mesmo com as ameaças ele continuou sua luta em busca do objetivo que foi a criação da Reserva Extrativista Rio Xingu.

Castro, Roberta *et al* (2017, p.93), atestam que:

[...] A conjuntura de disputas por terras entre ribeirinhos, grileiros e fazendeiros se estendeu por vários anos durante a década de 1990 e início dos anos 2000 e corroborou para a saída, à revelia, de várias famílias da região por medo de sofrer repressões. Já no ano de 2001, segundo os depoimentos, a configuração de outro cenário na região começa a ser moldada. Trata-se do estabelecimento da CR Almeida, empresa cujo proprietário Cecílio do Rêgo Almeida foi considerado o maior latifundiário (grileiro) do mundo.

#### **4 ARTICULAÇÕES COMUNITÁRIAS**

Desde 2016 existe uma articulação entre 14 Associações de povos Indígenas, populações tradicionais ribeirinhas e agroextrativistas conhecida como Rede Terra do Meio. Essa articulação tem como objetivo principal fortalecer a gestão dos territórios por meio de estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Dentre as 14 Associações estão as 3 Associações de Moradores das Reservas Extrativistas Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio e Rio Xingu. Desde a criação dessas Unidades de Conservação Sustentável Federais (primeira década dos anos 2.000),

as três Associações trabalham conjuntamente para fortalecer a gestão da região da Terra do Meio. Nos últimos 6 anos a AMORERI, Associação dos Moradores da Resex Rio Iriri, vem sendo a “associação mãe”, a representante jurídica desse arranjo produtivo da Rede da Terra do Meio. Com as recentes invasões territoriais por extrações madeireiras e garimpos ilegais, principalmente nas Reservas Extrativistas Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio, as atividades agroextrativistas da sociobiodiversidade vem sofrendo uma drástica redução e impactos negativos. Piques tradicionais de castanheiras foram derrubados e a circulação de pessoas estranhas nos territórios desmotivam os extrativistas a fazerem expedições longas para coleta de óleo de copaíba e castanha por medo de ameaças. Recentemente a Rede Terra do Meio que por muitos anos teve como representante a AMORERI, criou seu próprio CNPJ e conta com sua própria equipe técnica.

De acordo com Straatmann, Salazar e Postigo (ISA, 2017):

A valorização dos produtos” (Um aspecto de destaque no contexto inicial da experiência de valorização e estruturação das cadeias dos produtos tradicionais na Terra do Meio, na busca do direito a uma renda digna, foi a perspectiva dos próprios beiradeiros sobre o que deveria mudar. Nesse sentido, três foram as principais demandas das famílias: maior preço para os produtos locais e conseqüente melhoria da renda; contratos a longo prazo com preços e condições definidas; e a recusa de exigências contratuais que conflitassem com o modo de vida.

## **5 EDUCAÇÃO**

Antes da criação das Resex's lá nos anos 2000 até 2004, nessas comunidades não se tinha nenhuma formalização da educação, não se tinha escola e nem se tinha perspectivas também de que um dia houvesse possibilidades de ter escolas nessas comunidades, então eram territórios que estavam longe da visibilidade por parte do poder público, é possível afirmar que o poder público nem tinha conhecimento se ali naquele território existiam pessoas. A partir da criação das resex, 2004 Riozinho, 2006 Iriri e em 2008 Xingu criou-se uma expectativa de que com a institucionalização do território em reserva extrativista essas políticas públicas de educação e saúde chegassem automaticamente, porém, não foi bem assim que aconteceu, criou-se as

unidades de conservação, mas não veio no pacote educação e saúde como as comunidades esperavam.

Segundo Lima (2015, p.1):

[...] Os Beiradeiros da região conhecida como Terra do Meio que atualmente vivem no interior dos limites das Resex do Iriri e Riozinho do Anfrísio, experimentaram, até a primeira metade da década de 2000, uma total ausência do Estado e tudo que isso implica: a) – ausência de proteção aos seus territórios tradicionais; b) – invisibilidade – por exemplo, muitos não possuíam qualquer tipo de documentos, nem mesmo a certidão de nascimento e havia ausência de informações sobre eles mesmo, na prefeitura de Altamira –; c) – ausência total de serviços públicos de saúde e educação. Em outros termos, não existiam para o Estado brasileiro e o Estado brasileiro não existia para eles.

Foi necessário todo um processo de luta principalmente das comunidades para se conquistar o acesso a essas políticas públicas, de qualquer forma em 2008, com tanta pressão do movimento social local e das lideranças da época, como seu Herculano do Xingu, seu Herculano do Riozinho, Raimundo Belmiro, Zeli (falecido) e outras lideranças da região do Iriri começaram a levar as demandas de educação em 2008 até a Prefeitura de Altamira.

Segundo Lima (2015, p.1):

Por diversas vezes as lideranças comunitárias das Resex Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri informaram ao MPF, através de ofício e cartas de reivindicações, sobre os descasos do poder público em promover políticas públicas básicas para as populações ribeirinhas. Além disso, instituições não governamentais, como ISA e FVPP e o órgão gestor das UCs, ICMBio, sempre apoiaram as denúncias de abandono do Estado, que mesmo depois de terem seus territórios reconhecidos como áreas especialmente protegidas, sofriam com a falta de políticas como educação e saúde.

Através da secretaria de educação se contratou assim duas professoras que foram a Maiam, no São Francisco – Iriri, na época e a professora Creuza, no Morro do Anfrísio - Riozinho do Anfrísio e logo depois a professora Andrea na comunidade São Lucas – Iriri, mas inicialmente foram as professoras Creuza e a Maiam em 2008, abrindo uma escola na região do Iriri no São Francisco e outra lá no Morro do Anfrísio

com barracão (escola) construído pelas comunidades, e o poder público simplesmente pegaram os professores e mandaram para essas comunidades com alguns materiais e foi-se notando que era muito diferente do que as pessoas imaginavam, essa questão de ter a escola ali na comunidade e começaram a perceber que somente duas escolas não daria conta de atender toda a demanda. Na Reserva Extrativista Rio Xingu a primeira escola a funcionar foi a EMEF Baliza, que funciona desde o ano de 2012, onde foi usado por dois anos de 2012 a 2014 a sala da casa de um comunitário e só em 2014 a estrutura própria da escola foi construída. A mesma construída através de recursos de projetos aprovados no âmbito do PDRSX (PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO XINGU), projetos elaborados pela associação representativa do território da Reserva Extrativista Rio Xingu a AMOMEX, sendo a segunda escola a ser construída na Reserva Extrativista do Rio Xingu, com recursos do PDRSX. No ano de 2022, através de mobilização e cobrança da comunidade ao poder público municipal, cobrando por qualidade de ensino e de estruturas da escola para os alunos foi articulada a construção de uma nova escola, e neste ano de 2024, foi construída uma nova escola, com uma sala bem pequena, dois quartos, dois banheiros, uma cozinha com refeitório, sendo uma boa parte dela de alvenaria e a outra parte de madeira.

Segundo Lima (2015, p.1):

Alguns acontecimentos, em 2012, tiveram reflexo no funcionamento da educação nas Resex. As associações em parceria com as instituições parceiras com, ISA, ICMBio e FVPP, conseguiram aprovar projetos, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS), para construção de novas escolas e reformas das escolas já existentes, como formar de atrair cada vez mais o atendimento de suas demandas escolares.

## **6 MAGISTÉRIO EXTRATIVISTA**

O Magistério extrativista como já falado anteriormente, foi um projeto piloto executado pela Universidade Federal do Pará – UFPA, com recursos do governo federal – Ministério da Educação. O objetivo do referido projeto era a formação de jovens extrativistas para atuarem nas salas de aula de seus próprios territórios, para suprir a falta de professores que de uma certa forma entendessem o modo de vida local e se adequassem ao contexto do território, este projeto teve como público-alvo

jovens das três Unidades de Conservação da Terra do Meio, e foi executado por meio da Pedagogia da Alternância.

Rodrigues (2020, p. 10), afirma que:

A Pedagogia da Alternância é uma proposta destinada aos sujeitos do campo com o intuito de garantir o direito à educação dos camponeses, bem como a oferta de condições para que esses se desenvolvam como sujeitos críticos e participativos em suas comunidades sem a necessidade de migrarem para centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Logo após todo o processo feito pela comunidade por busca e reivindicação por direito a ter acesso à educação de qualidade, foi nascendo também uma preocupação por parte dos profissionais da educação, principalmente da UFPA que entendiam e que pensavam também uma educação diferenciada para essas comunidades tradicionais, que estava muito distante do que a prefeitura tinha feito naquele momento, foi aí que começou-se então a se pensar em processo de formação, para que nesse processo pudesse em um curto prazo ter professores mais preparados e professores principalmente das comunidades que pudessem se adequar àquela realidade e contribuir para de fato ter uma educação diferenciada nesses territórios.

A ideia do magistério surge justamente da necessidade de ter professores com uma formação pedagógica, com o conhecimento do território e da cultura, porque como já citado anteriormente, as contratações da prefeitura no início não davam conta disso, era mais ou menos assim: tem alguém disponível querendo trabalhar e que estava disposto a ir para essas áreas, eles mandavam os professores de qualquer forma para lá. Na construção da hidrelétrica de Belo Monte no auge da construção, época de muitas oportunidades de emprego, era difícil conseguir um professor que se fixasse lá, as vezes as pessoas iam como se fosse a única saída de emprego, mas na primeira oportunidade de arrumar um emprego melhor nas empresas terceirizadas que estavam envolvidas na construção da hidrelétrica as pessoas iam embora e abandonavam a turma e a escola ficava prejudicada porque não tinha ninguém para mandar de imediato para substituir, foram tempos bem complicados, então, começou-se a dar mais importância para essa ideia de ter um curso de formação, preparar pessoas das comunidades justamente porque tinham essa compreensão de que as pessoas de lá iriam se formar e elas iriam contribuir com o desenvolvimento da sua própria comunidade, então o risco daquele profissional se formar e ele não voltar para

a comunidade era mínimo, ou caso se formasse e fosse contratado como professor o risco dele sair e abandonar a escola também seria o mínimo. Então tinha essa ideia mesmo de formar pessoas de lá para suprir essa necessidade e quebrar com essa coisa de ter um professor no início no meio do ano ele sair, então, surgiu essa ideia do curso do magistério.

Foi um desafio enorme porque a Universidade estava chegando no território onde não tinha muitas pessoas e as que tinham, na maioria nem eram alfabetizadas, outras que tinham por algum momento estudado na cidade ou aprendido de alguma forma, tinha um pouco de leitura e de escrita, mesmo assim ainda não sabiam bem como lidar com essa demanda, de como formar pessoas de dentro das comunidades tendo que começar desde o básico ali da alfabetização. E então, começou se a discutir essa possibilidade de ter um curso de formação de professores, o Instituto Socioambiental - ISA já tinha feito um curso de formação, o primeiro curso de Gestão territorial, mas o mesmo não conseguia certificar as pessoas que participaram desse curso, era mais uma formação política e territorial, mas que não dava ao aluno na época um diploma ou um certificado que respaldasse ele para que no futuro ele pudesse assumir salas de aulas, então foi preciso e foi fundamental a presença da UFPA nesse processo, porque aí foi pensado em um curso de formação com certificação, com garantia de que aqueles alunos depois que eles tivessem o nível de Magistério que eles pudessem começar a lecionar em sala de aula.

Mas o processo não foi tão simples assim, a UFPA realizou um processo de imersão nas áreas das três Resex's (Resex Rio Xingu, em novembro de 2011; Resex Riozinho do Anfrísio, março de 2012; e Resex Rio Iriri, maio de 2012), por meio do qual visitaram a maioria das localidades e ouviram os diferentes grupos de moradores: crianças e jovens, adultos, lideranças comunitárias, professores, entre outros. Por meio dessa escuta buscaram saber que anseios nós como sujeitos tínhamos em relação à educação escolar, ao presente e ao futuro das comunidades e como pensávamos o papel da escola na nossa vida. Segundo a Professora Raquel Lopes, Coordenadora do projeto na época, essa investigação foi o que deu à UFPA a base de tudo para a proposição do Projeto de Formação de Professores Extrativistas.

Aí sim foi importante a participação das lideranças comunitárias, dos diretores e dos presidentes das associações, na época já estava funcionando o PDRSX e tinha

reuniões do comitê gestor, na qual tinha representações da Secretaria Estadual de Educação, a prefeitura também participava e vinham representantes dos Ministérios, inclusive do Ministério da Educação e dentro do PDRSX foi um espaço importante para os representantes das comunidades articular junto ao representante do Ministério da Educação recursos específicos para apoiar a implantação desse curso, então, aproveitava a presença do representante do Ministério da Educação na pessoa do Sr. Binho Marques, que vinha nessas reuniões do comitê gestor e em várias paralelas, os presidentes colocavam toda a situação para ele, apresentavam o projeto, tentando sensibilizá-lo, com protagonismo total das lideranças comunitárias como dona Melânia da Maribel, seu Assis do iriri, Edileno que estava como presidente do Riozinho e Herculano do Xingu.

Lopes e Miléo (2021, p.10), comentam que:

E eis que uma constelação de fatores favoráveis se apresentou e impulsionou a proposta ora em elaboração ao estatuto de projeto financiável pelo Ministério da Educação, via Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino/SASE. Assim, a mobilização das comunidades extrativistas, o apoio do Ministério Público Federal e dos movimentos sociais locais, a sensibilidade de algumas pessoas em setores estratégicos do governo federal, como o ICMBio, o compromisso da UFPA, entre outros, contribuíram grandemente para a implementação desse projeto.

E aí começou-se toda essa articulação e teve um ano que foram a Brasília para uma reunião, não era especificamente para tratar do projeto do curso, era uma agenda com o ICMBio e aproveitaram e fizeram uma visita para tentar conversar com representantes do Ministério da Educação lá em Brasília que com muita luta a referida reunião ocorreu, onde houve o comprometimento por parte do ministério de que eles iriam apoiar o curso de magistério e depois disso as coisas foram se desenrolando, a UFPA assumiu todo esse processo, aí o recurso saiu e a UFPA acabou fazendo a execução do recurso e a formação desses profissionais de educação moradores dessas comunidades, onde o projeto começou a funcionar no ano de 2016.

Lopes e Miléo (2021, p.10):

O projeto previa o acolhimento de jovens extrativistas chancelados por suas comunidades, independentemente de seu grau de apropriação da escrita/leitura, ou de qualquer comprovação oficial de escolarização. Foram formadas três subturmas, uma em cada unidade de conservação, com previsão de quinze estudantes em cada uma. No primeiro ano (2016), foi

realizada a escolarização no nível do ensino fundamental e a partir de 2017 deu-se início ao ciclo da formação técnico-profissional em Magistério.

Como já dito, o processo de escolarização foi conduzido através da Pedagogia da Alternância, onde estudávamos o Tempo Escola um total de 30 ou mais dias, ou seja, aulas presenciais com os professores e tinha o Tempo Comunidade no qual fazíamos pesquisa na comunidade, permanecendo continuamente nela.

Lopes e Miléo (2021, p.10), acrescentam:

Eram realizados dois módulos de tempo-escola em cada turma, intercalados pelos módulos de tempo-comunidade, perfazendo um total de quatro encontros por ano. As aulas aconteciam na escolapólo de cada Resex, nas dependências de um prédio da Associação de Moradores, cuja estrutura se compunha de sala de aula, refeitório, alojamento e cozinha. Nos períodos-escola, tanto estudantes como professores e eventuais convidados dividiam o mesmo espaço, num processo de intensa interação. As tarefas eram todas compartilhadas, desde a limpeza e organização dos ambientes, até a realização das místicas. Nos períodos-comunidade, uma equipe de professores se deslocava de Altamira e visitava os estudantes em seus locais de moradia, convivendo com as famílias de forma mais direta.

O projeto se deu como finalizado em meados de 2019, assim formando um total de 60 (sessenta) alunos em Magistério, sendo 30 (trinta na Resex Rio Iriri; 13 (treze) na Resex Riozinho do Anfrísio e 17 (dezessete) na Resex Rio Xingu. Assim criando expectativas emocionantes por parte da comunidade e ainda mais por nossa parte recém formandos, que tínhamos como objetivo adentrar as salas de aula o mais rápido possível. Porém não foi bem assim, professores oriundos de outras cidades com medo da perda de seu cargo como professor, começaram a protagonizar uma série de inverdades sobre o projeto na mente de pessoas das comunidades, fazendo com que nós perdêssemos a nossa credibilidade dentro dos nossos próprios territórios e com as próprias pessoas que nos escolheram para nos especializar, além disso tivemos que enfrentar o total preconceito por parte da prefeitura a qual alegava que o curso financiado pelo MEC não tinha validade. Além da formação escolar propriamente dita, algo que foi muito interessante diz respeito à formação política dos estudantes do Magistério, pois os processos educativos vivenciados nesse Projeto primaram pela formação integral da pessoa. Isso foi feito por meio de diferentes estratégias didáticas que incentivaram os estudantes a se reconhecerem como

sujeitos de direitos. Um dos desdobramentos desse percurso de formação foi a ocupação de espaços de poder/decisão nas instâncias de organização das Resex's, tais como os conselhos deliberativos, as Associações de Moradores, como foi o meu caso, que após um ano de curso assumi a parte de assessoria técnica das três associações da UC's da Terra do Meio.

O curso foi fundamental, formou 60 jovens e hoje as comunidades contam com vários professores que são formados pelo curso do magistério, que são moradores dessas comunidades e que já conhecem todos os desafios e todas as complexidades. E que teve esse avanço, uma melhoria na educação de forma geral dentro dessas comunidades porque são professores que agora realmente conseguiram se fixar, temos professores aí com mais de três anos de atuação nessas comunidades, e que realmente se pode ver ali a dedicação dele, o orgulho dele ser dali e de estar contribuindo com o processo de formação de outras crianças, é importante notar também que, além dos postos de trabalho como professores, há egressos do Magistério atuando em cargos de gestão escolar.

Logo após o encerramento do projeto nós egressos do magistério adentramos na Universidade, para aprimorar mais ainda nossos conhecimentos e ajudar ainda mais nossas comunidades de alguma forma, hoje são aproximadamente 20 estudantes das comunidades cursando os cursos de Licenciatura em Etnodesenvolvimento, Educação do Campo, Medicina e Letras em Língua Portuguesa. Então, foi muito importante, foi um ganho muito importante para essas comunidades e as comunidades esperam ter outras oportunidades, ou ensino médio com o nível técnico ou de repente no futuro tenha um outro curso de Magistério que possa formar mais profissionais, hoje já temos o ensino fundamental menor e maior, daqui a pouco vamos ter o ensino médio e a ideia é que nós professores locais vamos assumindo todos esses cargos, que são nossos mesmo de fato. E tenho certeza de que isso tem uma contribuição significativa dentro do processo de aprendizagem dos alunos, porque nós somos professores que já conhecemos a realidade de gestão do território, já sabemos como os processos funcionam.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para concluir, o Magistério foi fundamental para a interação e colaboração dos então alunos em processos importantes, onde nós assumimos papéis fundamentais

dentro dos modelos de governança de nossos territórios, assim ajudando a organizar nossas organizações comunitárias. Hoje as comunidades contam com vários professores capacitados para assumirem sala de aula e também para assumirem cargos de direção e coordenação escolar, bem como estar à frente das instituições e também das associações comunitárias, foi o começo de um tempo de mudança, onde pessoas “leigas”, sem qualquer tipo de educação formal, depois de um processo trabalhoso, mas comunitário e participativo de educação inovadora, hoje estão capacitadas para assumir seus próprios lugares, que são seus por direito nos espaços de poder que envolvem o destino de nossas comunidades.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Assis; BELTRÃO, Jane; Ribeiro, Patrick; ETNODESENVOLVIMENTO: prática pedagógica na formação universitária de povos e comunidades tradicionais. Revista EXITUS, Dezembro de 2013 , volume 3, número 2. Disponível em: [Dialnet-Etnodesenvolvimento-6078642 \(1\).pdf](#) acesso em: 11/07/2024.

LOPES, R. S.; MILÉO, I. S. MAGISTÉRIO EXTRATIVISTA DA TERRA DO MEIO – experiências de currículo como território educativo na floresta amazônica. Revista Espaço do Currículo, v. 14, n. 2, p. 1-17, 2021.

CASTRO, Roberta Rowsy Amorim *et al.* Da posse à Reserva Extrativista Rio Xingu: ameaças conflitos e mobilização social na Terra do Meio, Pará, Brasil. Brasília, DF, 2017.

PEREIRA, Mauro Braga Costa.. Reserva Extrativista Rio Xingu. BRASILIA(DF). (ICMBio, 2012).

PORTIGO, Augusto; REIS, Carolina; LIMA, Francinaldo; OS POVOS TRADICIONAIS DA TERRA DO MEIO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTAVEL DO XINGU (PDRSX). Altamira – PA (AMORERI,AMORA, AMOMEX EAERIM, 2020)

JEFERSON STRAATMANN, MARCELO SALAZAR E AUGUSTO POSTIGO. XINGU, HISTÓRIAS DOS PRODUTOS DA FLORESTA. SÃO PAULO. (ISA, MARÇO DE 2017)

FRANCINALDO FERREIRA DE LIMA. O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS POR POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA GESTÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL: O CASO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DA TERRA DO MEIO ALTAMIRA – PA. MANAUS – AM. (INPA, JULHO DE 2015)

ANNY CAMILA LIMA RODRIGUES. CONHECENDO A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. SÃO LUIZ. (CONHECENDO A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 2020)